

## RESENHA

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

No prefácio Jessé Souza explicita seu grande objetivo, possibilitar o entendimento de como e por que a sociedade brasileira foi enganada com o que considera um dos maiores golpes de Estado de nossa história: o *impeachment* de Dilma Rousseff. Tendemos a ter, segundo ele, uma compreensão “novelizada”, sem nos darmos conta dos interesses por trás dos acontecimentos recentes, assim como dos golpes de Estado anteriores.

No capítulo 1, “Os golpes sempre foram por mais dinheiro para poucos, e nunca para combater a corrupção”, ressalta o papel preponderante da elite do dinheiro que, por comprar todas as outras, faz com que as demais sejam subordinadas a ela. Compra-se a elite intelectual que influencia a opinião de muitos, compra-se a elite política de modo direto financiando eleições. Compra-se ainda a elite jurídica, jornalística, etc. Taxas de juros estratosféricas e evasão fiscal são exemplos de práticas que drenam os recursos e concentram em 1% dos endinheirados. **“Em bom português, é necessário fazer da maioria da população uma massa imbecilizada capaz de agir contra seus interesses mais diretos”** (p. 27). A defesa da corrupção do Estado torna invisível a corrupção do mercado dominado pela elite do dinheiro e deslegitima todo o governo que investe em programas sociais para a maioria da população. **“A vantagem das épocas de crise é que a fraude e a mentira ficam expostas para qualquer pessoa na qual tenham ainda sobrado dois neurônios depois de anos a fio do bombardeio diário de veneno midiático”** (p. 41). É importante o papel da imprensa conservadora. O governo Geisel foi demonizado a partir de reportagens que vinculavam “as repúblicas socialistas soviéticas no Brasil”. Hoje se fazem presentes termos descontextualizados como “bolivarianismo” e “comunismo” que pouco ajudam a compreender nossa realidade. Forma-se uma ampla e profunda campanha de desinformação, distorção e manipulação do tema da “corrupção seletiva”. O mensalão em 2005 acaba sendo o ensaio geral para o que aconteceria anos depois na Lava Jato e no processo de impedimento da presidenta Dilma. **“Como o combate efetivo à corrupção é o último dos objetivos da nossa mídia-partido de elite, a estratégia é novelizar a política e reduzi-la ao embate mocinho versus bandido. O bandido é o PT e as classes populares, assim como o projeto de sociedade que eles representam. O mocinho é o aparato jurídico-policial elevado à condição de paladino da higiene moral da nação”** (p. 50). Tem-se o que ele chama de “fulanização da corrupção”, isto é, o desmerecimento da sua base real e institucional para centrar-se em personagens específicos. Confiante da sua recém conquistada popularidade Dilma arriscou muito ao romper o acordo rentista que havia possibilitado a relativa tranquilidade do segundo mandato de Lula como presidente. Lutou pela diminuição do juro e do *spread* bancário e perdeu. **“O novo contra-ataque do “partido do dinheiro”, a grande mídia, não tardou a acontecer – agora com o aprendizado oriundo do mensalão: não dá para derrubar o governo sem construir um arremedo de “base social” para o golpe”** (p. 54). Para Jessé, componente importante é a reação da classe média ao processo de ascensão social das classes populares, o que foi visto como ajuda indevida aos pobres burros e preguiçosos. A compreensão da vida social exige a reconstrução do conceito de classe social. A classe média por excelência da crença na “meritocracia”, a ilusão de um mérito individualmente construído ao invés de determinado familiar e socialmente. Não nascemos com atributos como disciplina, autocontrole e capacidade de concentração. São privilégios de classe. Algumas classes os têm “desde o berço” e outras nunca os constroem. As chances não são iguais. Há toda uma hierarquia moral nas sociedades modernas. Há os que tem “bom gosto” e um preconceito em relação aos que não compartilham a visão de mundo e o estilo de vida de uma privilegiada minoria. **“São essas linhas invisíveis de classificação e desclassificação social, baseadas em hierarquias morais não perceptíveis no senso comum – que imagina só existirem o poder e o dinheiro como fontes de todas as hierarquias sociais – que se tornam a base da solidariedade e do preconceito nas sociedades modernas”** (p. 71). No ocidente

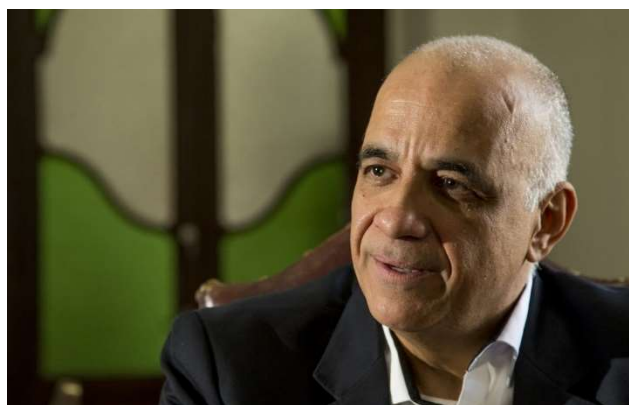


moderno as duas dimensões mais importantes da vida, que definem o sucesso e o fracasso, são o trabalho e a vida afetiva. A proximidade, tanto física quanto de hábitos de consumo, entre as classes sociais explicitou um racismo de classe antes silencioso e exercido somente no mundo privado. **“O sentimento de superioridade é construído pela suposta posse de uma sensibilidade moral que apenas setores educados da classe média possuiriam. Seria, portanto, a falta de educação e de inteligência dos setores populares que os teria levado, por exemplo, a continuar votando no PT, mesmo depois do mensalão”** (p. 83). O capítulo 1 se encerra com a premissa que o combate seletivo à corrupção trata-se de um pretexto para combater uma política redistributiva. Se esse fosse o problema real ter-se-ia dado ênfase aos aspectos institucionais que evitasse a compra da política pelo dinheiro (reforma política). A imprensa com uma base social com ódio e desprezo de classe se travestem de guardiãs da decência e da moralidade personificada na figura do líder carismático juiz Sérgio Moro.

O capítulo 2 – o golpe “legal” e a construção da farsa” – se inicia com a afirmação de que há uma clara continuidade entre as midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013 e o impeachment (golpe) de abril de 2016. Houve após esse primeiro momento um intervalo de quase três anos um ataque ao governo federal sem tréguas. A questão é: como protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se federalizarem e atingirem Dilma? **“Historicamente, apenas o tema da corrupção, no Brasil, propicia a manipulação perfeita do público cativo: aquela que não toca nem de perto no acordo das elites nem nos seus privilégios e permite focar todo o fogo no inimigo de classe da ocasião”** (p. 88). O Jornal Nacional da Rede Globo, para o autor, acaba sendo uma espécie de porta-voz da reação conservadora, sendo possível acompanhar esse processo passo a passo. No dia 10 de junho de 2013 acontece a primeira referência no Jornal Nacional das manifestações: fala em tumulto. No dia 12 fala em vandalismo no mesmo tom negativo. No dia 13 a cobertura segue o padrão anterior e pela primeira vez a PEC 37 é mencionada pelo jornal, explicitando o início da articulação entre imprensa e o aparato jurídico-policia do Estado (a PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil como, aliás, acontece na maioria dos Estados democráticos). A cobertura do dia 17 de junho mudou o panorama completamente. O protesto passou a ser definido como pacífico. Agora eram tidos como expressão democrática e já não se dizia que causavam qualquer prejuízo. No dia 19 há uma transformação decisiva: a federalização dos protestos com o objetivo de atingir a presidente. Pela primeira vez o Jornal Nacional mostra queda de popularidade de Dilma. Ocorre um ataque ferrenho à PEC 37, assim como o tema mais proeminente é o da corrupção. Os partidos políticos passam a ser demonizados (os partidos políticos de esquerda têm capilaridade e militância), e as manifestações perdiam seu sentido popular para se tornar uma festa popular contra a corrupção no país: o governo eleito passa a ser deslegitimado. O governo reagiu tentando canalizar as manifestações para tirar da imobilidade diversos projetos de interesse popular que estavam parados no Congresso. No dia 24 propôs uma reforma política para combater a corrupção e cinco pactos: transporte público, reforma política, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros e destinação de 100% do pré-sal para educação. Não houve interesse da mídia e do Congresso, deixando esses claro quem teria poder de agenda. Temos em junho de 2013 o delineamento de todas as forças que se articulariam no golpe de abril de 2016 (mídia + classe média conservadora + aparelho jurídico-policia do Estado). **“O mundo deixa de ser um palco de interesses opacos em disputa, para se tornar supostamente transparente; um lugar onde as boas ou más intenções de seus atores se transformam nos pilares do entendimento. Assim, torna-se possível separar o mundo entre bandidos e mocinhos, com base em uma oposição binária e simplista, mas de fácil compreensão, posto que colada nas avaliações práticas que todos realizam no senso comum do dia-a-dia”** (p. 102). Depois da quarta derrota seguida as forças conservadores só não aceitam a derrota eleitoral como começam a flertar um caminho não eleitoral. O combate à corrupção torna-se pornograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda e blinda a direita. A elite do dinheiro tem agora não apenas seus aliados de sempre, Congresso e mídia, mas uma base social altamente motivada e engajada que vê como protagonista e não massa de manobra. A PEC 37, que antes era dada como ganha, é derrotada no Congresso, começo de um namoro ardente entre mídia e corporação jurídico-policiais do Estado. A partir de 2014 uma série de prisões espetaculares e “vazamentos seletivos”, cuidadosamente orquestrados criaram uma atmosfera de linchamento político. **“A fraude ficou clara quando se ‘fulanizou’ a corrupção, empregada como arma seletiva para se atingir o inimigo político. Quando se personaliza a corrupção, o efeito de controla-la ou mitiga-la é reduzido ao mínimo. A**

**personalização da corrupção serve apenas à sua continuidade, já que o arranjo institucional que a torna possível não é tocado**” (p. 111). Mais do que isso, os heróis são muito poucos. Como a história nos ensina a maioria deles, inclusive, são os verdadeiros canalhas. **“O falso combate à corrupção surge, assim, no Brasil como o testa de ferro universal de todos os interesses inconfessáveis que não podem se assumir enquanto tais”** (p. 112-113). Em tempos recentes tem-se não apenas a judicialização da política, mas, muito pior, a politização da justiça, a predominância da política sobre o direito. O juiz Sérgio Moro foi alçado pela manipulação midiática como o “salvador da pátria”. As bandeiras abstratas anticorrupção tornam-se concretas com a operação Lava Jato que criou um verdadeiro campeonato entre as diversas corporações jurídicas para ver quem ganha o troféu de “guardião da moralidade pública”. De dezembro de 2014 a abril de 2016 se presenciou um bombardeio sem trégua. A televisão explicava que as manifestações contra o governo eram espontâneas e apartidárias as manifestações a favor do governo eram organizadas por militantes partidários. Sérgio Moro foi considerado o homem do ano da revista Isto é e personalidade do ano do jornal O globo. A Lava Jato e a condução coercitiva em março de 2016, desnecessária e ilegal, mostrou o viés partidário e sua real intenção: criminalizar o PT e especialmente seu líder maior. O juiz Sérgio Moro permitiu o vazamento ilegal de uma conversa entre a presidente e Lula, o que em qualquer outro país teria consequências severas, o que foi o golpe de misericórdia em um governo que já estava nas cordas. **“Com a inviabilização do golpe jurídico, que perdera sua aura de imparcialidade, entrou em cena o golpe parlamentar”** (p. 127). Em um espetáculo grotesco, denunciado por toda a imprensa internacional, ocorre o impedimento desprovido de qualquer legitimidade.

Chegando à conclusão: ameaças e oportunidades à democracia, Jessé Souza reafirma que o golpe se deu por um amplo acordo de interesses entre as diversas elites, comandado pela elite financeira. O dinheiro tem sempre dois braços estratégicos: a mídia e o Congresso, ambos comprados. Mas ainda é necessário aliados dentro do Estado que permitam a aparência de legalidade. **“É preciso criar um teatro para os tolos, ou seja, nós todos que assistimos de longe à farsa, que oscila entre a comédia e a tragédia”** (p. 130). Esse aliado de ocasião é o aparelho jurídico-policial. **“É a articulação desses três elementos principais – mídia venal, Congresso reacionário e comprado e a fração mais corporativa e mais moralista de ocasião da casta jurídica – que municiou e municia constantemente o golpe”** (p. 131). O golpe não teria ocorrido sem a politização do judiciário, ninguém se ateve verdadeiramente à Constituição. **“Esse golpe malfeito, apressado, errado, pelos piores motivos, pode ser, finalmente, nossa chance de aprender alguma coisa com nossa história”** (p. 136).



#### Sobre o autor

Jessé Souza, 56 anos, é graduado em Direito, mestre em Sociologia pela UNB e doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg na Alemanha. É pós-doutor em Psicanálise e Filosofia pela *New School for Social Research* em Nova York, autor principal de 24 livros e de mais de cem artigos e capítulos de livros em vários idiomas. Foi presidente do IPEA entre 2015 e 2016 e atualmente é professor titular de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.